



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 2003/2018
Pregão Eletrônico nº 18/2018

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018

(EDITAL REPUBLICADO)

- **OBJETO:** AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DE 27 (VINTE E SETE) RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO A SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES DO TRT DA 24ª REGIÃO, ALÉM DA REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SEU SISTEMA DE GERENCIAMENTO.

IMPORTANTE:

- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE** www.comprasnet.gov.br.
- **ABERTURA DA SESSÃO: 18/06/2018 (terça-feira) às 14h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).**
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
- **EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DESCRITAS NO SISTEMA COMPRASNET E AS CONSTANTES DESTES EDITAIS, PREVALECERÃO AS DO EDITAL.**
- **OS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DEVERÃO SER FEITOS EXCLUSIVAMENTE PELO E-MAIL:** licitacao@trt24.jus.br. **ATÉ O DIA 11/06/2018 (segunda-feira).**
- **TRATA-SE DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL CUJO AVISO FOI INICIALMENTE PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIDADE DE 28/05/2018.**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 2003/2018
Pregão Eletrônico nº 18/2018

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO torna público, para conhecimento dos interessados, **que fará realizar no dia 18/06/2018 (segunda-feira), às 14h00 (horário de Brasília/DF)**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *INTERNET* e por intermédio do Núcleo de Licitações e Contratos, nos termos da Portaria TRT/GP/DG nº 63/2018, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o nº 18/2018, tipo menor preço**, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DE 27 (VINTE E SETE) RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO A SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES DO TRT DA 24ª REGIÃO, ALÉM DA REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SEU SISTEMA DE GERENCIAMENTO**, conforme especificações e condições constantes dos Anexos deste Edital, pelo regime de execução indireta, empreitada por preço global, a ser regida pelas regras deste Edital, pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nº 3.555/2000, nº 5.450/2005 e nº 7.174/2010, pela legislação complementar e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, observadas as disposições a seguir estabelecidas.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante as condições de segurança oferecidas pela criptografia e pela autenticação, em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema eletrônico Comprasnet, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação consiste na **aquisição, instalação, configuração, manutenção, assistência técnica e atualização de versão de 27 (vinte e sete) relógios de ponto biométrico a serem instalados nas unidades do TRT da 24ª Região, além da realização de treinamento para operacionalização dos equipamentos e seu sistema de gerenciamento**, conforme as especificações e as condições constantes dos anexos deste Edital, bem como as disposições a seguir estabelecidas.
- 2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, no Programa de Trabalho Resumido PTRES 107731 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho) e Natureza de Despesa 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente).

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

- 4.1. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública **observarão, obrigatoriamente, o HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF**, e dessa forma serão registradas no sistema Comprasnet e na documentação relativa ao certame, exceto nos casos em que dispuser expressamente diferente.

5. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

- 5.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema Comprasnet, observados a data e o horário limite estabelecidos.

6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET

- 6.1. Para acesso ao sistema eletrônico Comprasnet, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal (intransferíveis), obtidas perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico Comprasnet.
- 6.2. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, credenciar-se no SICAF, conforme o disposto no inciso I do art. 13 do Decreto nº 5.450/2005.
- 6.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
- 6.4. São de exclusiva responsabilidade do beneficiário o sigilo da senha e o seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT da 24ª Região ou ao provedor do sistema eletrônico a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido, ainda que por terceiros.
- 6.5. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico para o imediato bloqueio de acesso.
- 6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 6.7. O TRT da 24ª Região não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para a obtenção da chave e da senha de acesso ao sistema Comprasnet, haja vista que esse procedimento é de exclusiva responsabilidade da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderão participar do certame os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, **cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e**, que estiverem previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 7.2. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, as empresas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou as estrangeiras que não funcionem no país e quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993, bem como aquelas que tenham sido impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União ou com a Administração Pública (artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/1993) e suspensas temporariamente para contratar com a Administração (artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/1993).

- 7.2.1. Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia.

- 7.3. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.
- 7.4. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, declaração de que atendem aos requisitos do seu art. 3º.
- 7.5. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.
- 7.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as suas propostas e os seus lances.
- 7.7. A simples apresentação da proposta corresponderá à declaração de inexistência de fatos impeditivos da participação do interessado na presente licitação e eximirá o Pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/1993.

8. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 8.1. Os preços deverão ser cotados em reais, observado que as frações inferiores a R\$ 1,00 (um real) deverão ser grafadas com, no máximo, 2 (duas) casas decimais após a vírgula que segue a unidade, sendo desprezadas as eventuais casas remanescentes apresentadas.
- 8.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem, após a etapa de lances e de negociação, preços unitários e globais acima dos valores máximos (unitários e globais) estimados constantes do **Anexo I** deste Edital.
 - 8.2.1. A contraproposta deverá observar o preço máximo estimado, **sob pena de desclassificação**.
- 8.3. Serão desclassificadas as propostas e lances que ofereçam preços inexecutáveis. O ônus da prova da executibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
- 8.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

9. DA PROPOSTA

- 9.1. A proposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 9.2. A proposta deverá conter os preços unitário e global, a especificação clara, objetiva e detalhada do objeto deste Pregão, ficando o licitante, em caso de omissão, obrigado a cumprir as especificações indicadas no edital. Deverão ser observadas na proposta as seguintes informações, **sob pena de desclassificação**:
 - 9.2.1. Caso seja necessária para o perfeito detalhamento do objeto, as informações devem constar do campo "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado";
 - 9.2.2. Não poderá haver identificação do licitante nas especificações e/ou informações constantes da proposta ou do campo "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado";
 - 9.2.3. Serão considerados inclusos no preço cotado, eventuais descontos concedidos, além dos impostos, de encargos sociais, de fretes, de taxas e de quaisquer outras despesas inerentes



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

ao objeto da presente licitação;

- 9.2.4. Deverá ser informada a procedência (nacional ou importado) do objeto cotado.
- 9.3. Os licitantes, no ato de envio de suas propostas, devem encaminhar de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações diversas:
- 9.3.1. Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
- 9.3.2. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 9.3.3. Concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;
- 9.3.4. Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.
- 9.4. A proposta terá validade por **60 (sessenta) dias consecutivos**, nos termos do artigo 6º da Lei nº 10.520/2002, ainda que o licitante estipule prazo inferior. Transcorrido o prazo estabelecido sem que haja a convocação pelo TRT da 24ª Região para o recebimento da nota de empenho, fica o licitante liberado do compromisso assumido, observado que a validade da proposta poderá ser prorrogada, por igual período, se aceito pelo licitante.
- 9.5. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 10.1. A partir do horário previsto no sistema eletrônico, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura das propostas recebidas, passando o Pregoeiro a verificar as propostas apresentadas e desclassificar, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 10.2. Iniciada a sessão pública, não serão admitidas solicitações de desistência de proposta ou de cancelamento de cotação. O disposto neste item não se aplica aos pedidos de desclassificação de propostas ou de itens quando, comprovadamente, estiverem presentes as condições de inexequibilidade previstas no artigo 48, inciso II da Lei nº 8.666/93.
- 10.3. Por força do disposto no art. 13, inciso IV do Decreto nº 5.450/2005, os licitantes estão obrigados a acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 10.4. O licitante que tiver sua proposta desclassificada poderá manifestar o interesse na interposição de recurso, via sistema eletrônico, após a habilitação do licitante vencedor.

11. DA SESSÃO DE LANCES

- 11.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes classificados deverão estar conectados ao sistema eletrônico para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 11.2. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido registrado no sistema eletrônico.
- 11.3. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado. O sistema eletrônico não identificará os autores dos lances durante a sessão, inclusive para o Pregoeiro.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

- 11.4. A primeira etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo Pregoeiro, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 11.5. Ocorrendo desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 11.6. Nos casos de ocorrência de desconexão do sistema eletrônico por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa, reiniciando somente após a comunicação, via sistema, da nova data e horário aos licitantes.

12. DOS DIREITOS DE PREFERÊNCIA (LC Nº 123/2006 – MEs / EPPs)

- 12.1. Para os efeitos do direito de preferência às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), o sistema Comprasnet fará a verificação automática perante a Receita Federal do porte das empresas, depois de encerrada a fase de lances.
- 12.2. Após a sessão de lances, serão observadas de forma automática as disciplinas estabelecidas nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006. O sistema eletrônico identificará a empresa que declarou possuir o Direito de Preferência e enviará uma mensagem convocando-a para apresentar um novo lance inferior ao menor lance ofertado, **sob pena de preclusão**.
 - 12.2.1. Para o exercício dos direitos serão convocadas para apresentar um novo lance inferior ao menor lance ofertado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, **sob pena de preclusão**.
 - 12.2.2. Caso a empresa convocada não ofereça uma nova proposta, serão convocadas as empresas remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 12.3. Caso nenhum licitante venha exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 13.1. Encerrada a etapa de lances, os documentos de habilitação do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar serão verificados por meio do SICAF, observadas as condições a seguir:
 - 13.1.1. Os documentos e as declarações que não estejam contemplados ou estejam desatualizados no SICAF, deverão ser encaminhados via sistema Comprasnet por meio da opção “enviar anexo”, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas da convocação, **sob pena de desclassificação**;
 - 13.1.2. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio;
 - 13.1.3. Durante a sessão pública, o Pregoeiro poderá sanar evidentes erros materiais ou falhas formais, desde que não alterem a substância das propostas ou modifiquem seus termos originais, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos.
- 13.2. O Pregoeiro, mediante notificação a ser efetuada por meio do canal de comunicação (chat), poderá intimar o envio de proposta via sistema Comprasnet, por meio da opção “enviar anexo”, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas da convocação, **sob pena de desclassificação**.
 - 13.2.1. A proposta deverá ser adequada ao valor do lance final, conter a razão social, o CNPJ, o endereço e o telefone/e-mail e, na hipótese de ser encaminhada com a marca e o fabricante divergentes daquelas consignadas no sistema Comprasnet, prevalecerão os do sistema, exceto às especificações que prevalecerão as do Edital.
- 13.3. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do canal de comunicação (chat), contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

observado o critério de julgamento, devendo o licitante manifestar-se no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, contados da notificação, **sob pena de desclassificação**.

- 13.4. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e ao atendimento às especificações técnicas do objeto.
- 13.5. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 13.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, caso não sejam apresentados lances, será realizado sorteio observado o disposto no art. 45, § 2º da Lei 8.666/93, em data a ser definida pelo Pregoeiro e informada aos licitantes com propostas empatadas.
- 13.7. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.
- 13.8. O licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- 13.9. Os documentos remetidos por meio da opção "enviar anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 - 13.9.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Núcleo de Licitações e Contratos do TRT da 24ª Região, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande – MS, CEP 79.031-908.
 - 13.9.2. A conferência da autenticidade de fotocópias por servidor do TRT da 24ª Região somente será efetuada mediante a apresentação do ORIGINAL.
- 13.10. Os documentos excedentes encaminhados pelos licitantes sem a solicitação expressa do Pregoeiro serão descartados.

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 14.1. Para o julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observada a compatibilidade com as especificações e as condições constantes dos Anexos e as demais disposições e exigências definidas neste edital.

15. DA HABILITAÇÃO

- 15.1. Para habilitar-se na presente licitação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar toda a documentação comprobatória a seguir relacionada, exceto, por sua opção, aquela constante do SICAF:
 - 15.1.1. Habilitação jurídica;
 - 15.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista;
 - 15.1.3. Qualificação técnica;
 - 15.1.4. Qualificação econômica e financeira;
 - 15.1.5. Declarações diversas.
- 15.2. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** em vigor (com todas as alterações efetuadas ou consolidadas), para fins de comprovação de regularidade da empresa e da legitimidade do signatário da proposta e dos demais documentos, conforme o caso, consistirá em:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

- 15.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 15.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 15.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 15.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 15.2.5. No caso de Procurador, deverá ser apresentado também:
- 15.2.5.1. Instrumento de mandato público; **OU**
- 15.2.5.2. Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa com a legitimação comprovada e com a firma reconhecida em Cartório, bem como cópia autenticada do RG e CPF do outorgado.
- 15.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.3.1. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Nacional (certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União com abrangência das contribuições sociais (alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212/1991));
- 15.3.2. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Estadual;
- 15.3.3. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Municipal;
- 15.3.4. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 15.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho;
- Obs.:** A emissão da CNDT será consultada por este TRT e, no caso de certidões válidas e conflitantes (positiva e negativa) para o mesmo CNPJ, prevalecerá a certidão emitida com a data mais recente.
- 15.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 15.4. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.4.1. Um (1) ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, **que comprove(m) o fornecimento de produto pelo licitante, com características compatíveis com as do objeto desta licitação;**
- 15.5. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será comprovada mediante a apresentação da Certidão Negativa de Feitos sobre Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.
- 15.6. Realizada a habilitação parcial no SICAF, será verificada a existência de registros impeditivos da contratação, **sob pena de inabilitação**, mediante consulta ao:
- 15.6.1. SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

- 15.6.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Lei nº 8.429/1992);
- 15.6.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (Lei nº 12.846/2013);
- 15.6.4. Cadastro de licitantes inidôneas, mantido pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992.
- 15.7. As **declarações diversas** de que trata o subitem 9.3 deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta ao sistema Comprasnet.
- 15.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 15.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, observado que essa informação deverá constar do próprio documento.
- 15.10. Considerar-se-á de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da emissão, o prazo de validade dos documentos que não o contiver expresso. **Essa previsão não se aplica ao atestado de capacidade técnica, nos termos do artigo 30, § 5º da Lei nº 8.666/93.**
- 15.11. Para fins de habilitação, a verificação pelo Pregoeiro ou pela equipe de apoio, nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, observado que a impossibilidade de acesso ao respectivo site, frustrando o objetivo da diligência, acarretará a inabilitação da empresa.
- 15.12. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 15.13. Caso haja restrição quanto à regularidade fiscal da microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração.
- 15.14. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no edital licitatório, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.
- 15.15. É vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos do inciso VI, art. 2º da Resolução nº 07/2005, atualizada com a redação dada pela **Resolução CNJ nº 229/2016.**

16. DA ADJUDICAÇÃO

- 16.1. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante vencedor, depois de decididos os recursos, quando houver, sujeito à homologação pela autoridade competente deste Tribunal.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 17.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

17.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail automático do sistema Comprasnet, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DOS ESCLARECIMENTOS

20.1. Os pedidos de esclarecimentos efetuados pelas empresas interessadas em participar do certame devem ser enviados ao Pregoeiro **até o dia 11/06/2018 (segunda-feira)**, 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública), exclusivamente pelo e-mail licitacao@trt24.jus.br, nos termos do artigo 19 do Decreto nº 5.450/2005, devendo ser informado o número deste Pregão.

20.2. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos diretamente à empresa consulente.

21. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

21.1. **Até o dia 12/06/2018 (terça-feira)** 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública), qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada para o e-mail licitacao@trt24.jus.br, nos termos do artigo 18 do Decreto nº 5.450/2005.

21.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

21.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.4. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pelo licitante.

21.5. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e habilitado o vencedor, qualquer licitante, inclusive aquele que teve sua proposta desclassificada antes da disputa, poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, de forma motivada, **em campo próprio do sistema Comprasnet**, sendo-lhe concedido o prazo de **3 (três) dias consecutivos** para a apresentação das razões do recurso, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005, ficando os demais licitantes intimados a apresentar contrarrazões, no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

- 21.6. O encaminhamento das razões de recurso bem assim das contrarrazões deverá ser efetuado por meio do sistema Comprasnet, bem como encaminhado para o e-mail licitacao@trt24.jus.br.
- 21.7. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão final antes da homologação do procedimento.
- 21.8. A falta de manifestação de intenção de interpor recurso por parte do licitante, no prazo e na forma indicada, importará a decadência do direito supramencionado, nos termos do art. 4º, inciso XX, da Lei nº 10.520/2002 e art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005.
- 21.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22. DAS PENALIDADES

- 22.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 22.2. Decorrido o prazo estabelecido para a devolução do recebimento da nota de empenho ou do contrato assinado (dois dias consecutivos), sem manifestação por parte do licitante adjudicatário, reserva-se ao TRT da 24ª Região o direito de optar pela adjudicação aos demais licitantes, obedecendo-se à ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis, nos termos do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.
- 22.3. Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o processo retornará ao Pregoeiro, que convocará os licitantes remanescentes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda integralmente ao Edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar a Ata.
- 22.4. O licitante é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido contratado, a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- 22.5. A contratada ficará obrigada a manter, durante todo o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- 22.6. Ocorrendo a impossibilidade da contratação por culpa do licitante, especialmente no que se refere a não-comprovação das condições de habilitação, inclusive o vencimento das certidões após a fase de homologação, ficará sujeito à penalidade prevista no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005 e no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.
- 22.7. A atuação irregular da contratada, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará o registro das penalidades no SICAF.
- 22.8. As obrigações e penalidades decorrentes da contratação/execução estão previstas no Termo de Referência.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1. Fica assegurada à autoridade competente do TRT da 24ª Região revogar a presente licitação por



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, bem como aumentar ou diminuir o valor estimado, observado o limite estabelecido no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, podendo, ainda, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado que, neste caso, a anulação não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/1993.

- 23.2. A participação nesta licitação implica o conhecimento integral, por parte dos licitantes, dos termos e das condições nela inseridos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 23.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, devendo ser atendido nos seguintes prazos máximos:
- 23.3.1. 20 (vinte) minutos, contados a partir da intimação, no caso de diligência a ser esclarecida ou complementada por meio do canal de comunicação (chat), **sob pena de desclassificação ou inabilitação**;
- 23.3.2. 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da intimação, no caso de outras diligências, **sob pena de desclassificação ou inabilitação**.
- 23.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.5. As decisões referentes a este processo licitatório serão disponibilizadas nos sites www.comprasnet.gov.br e www.trt24.jus.br, bem como afixadas no quadro de avisos deste Tribunal.
- 23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 23.7. Os prazos para o envio de documentos de habilitação, de declarações e de proposta poderão ser prorrogados por igual período, a critério do Pregoeiro.
- 23.8. Só se iniciam e vencem os prazos estabelecidos no presente edital em dia de efetivo expediente neste Tribunal.
- 23.9. O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região é cadastrado no CNPJ sob o nº 37.115.409/0001-63 e na Unidade Administrativa de Serviços Gerais (UASG) sob o nº 080026.
- 23.10. Informações adicionais poderão ser obtidas no Núcleo de Licitações e Contratos do TRT da 24ª Região, através do telefone (0xx67) 3316-1700 / e-mail: licitacao@trt24.jus.br ou no endereço constante do subitem 13.9.1 deste edital.

24. DOS ANEXOS

- 24.1. Fazem parte integrante deste Edital o Termo de Referência e os Anexos.

Campo Grande - MS, 28 de maio de 2018.

Bonifácio Tsunetame Higa Junior
Chefe Substituto do Núcleo de Licitações e Contratos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 2003/2018
Pregão Eletrônico nº 18/2018

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente operação consiste na **aquisição, instalação, configuração, manutenção, assistência técnica e atualização de versão de 27 (vinte e sete) Relógios de Ponto Biométrico, a serem instalados nas unidades do TRT da 24ª Região, além da realização de treinamento para operacionalização dos equipamentos e seu sistema de gerenciamento**, conforme as especificações e condições constantes deste Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação complementar.

2. DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação dar-se-á mediante a formalização de contrato entre este Tribunal e a licitante vencedora, conforme minuta anexa ao edital.
- 2.2. A vigência do contrato dar-se-á pelo período de 15 (quinze) meses, a contar da data de sua assinatura, **considerando-se o período de garantia ofertado pela licitante vencedora**.
- 2.3. Durante a vigência da contratação será permitida a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração social, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução. Devendo a contratada encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir.
- 2.3.1. No caso de alteração social que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
- 2.3.2. No caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
- 2.4. É vedado à CONTRATADA efetivar a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou Juizes vinculados a este Tribunal, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07/2005, atualizada com a redação dada pela Resolução nº 09/2005, do Conselho Nacional de Justiça.
- 2.5. Será considerada prática de Nepotismo caso a pessoa jurídica contratada tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos do art. 2º da Resolução nº 7/2005, atualizada com a redação dada pela Resolução nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

- 2.6. Não será mantido, aditado ou prorrogado o presente instrumento, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07/2005, atualizada com a redação dada pela Resolução nº 09/2005, do Conselho Nacional de Justiça

3. DO PREÇO MÁXIMO

- 3.1. O valor máximo a ser pago por este Tribunal para o presente objeto é de **R\$ 111.858,35 (cento e onze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos)**, observando-se o preço unitário e total pormenorizado na tabela constante do anexo I.

4. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 4.1. A contratada deverá apresentar o cronograma das entregas, instalações, configurações, testes e treinamentos em até 05 (cinco) dias consecutivos, a contar do recebimento da nota de empenho.
- 4.1.1. **Ao elaborar o cronograma deverá considerar prioritária a instalação, configuração dos equipamentos em Campo Grande, com o respectivo teste e treinamento dos servidores.**
- 4.2. A entrega dos equipamentos, devidamente instalados, configurados e em plena condição de uso, conforme o cronograma de execução, deverá ser efetuada no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias consecutivos a contar do recebimento da nota de empenho**, nos endereços constantes do item 8, das 10h00 às 16h00 (horário local), em dias úteis da Justiça do Trabalho.
- 4.2.1. **Caso o objeto ofertado seja de procedência importada, deverão ser comprovados, no momento de sua entrega, a origem do produto importado e a quitação dos tributos de importação a ele referente, sob pena de rescisão contratual e multa. O objeto somente será considerado entregue se acompanhado da comprovação de origem estabelecido neste subitem.**
- 4.3. A contratada responderá por quaisquer prejuízos que ocorrerem até a entrega do objeto no endereço acima.
- 4.4. Havendo pedido de prorrogação do prazo de entrega, este somente será concedido nas hipóteses previstas no Art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93, e deverá ser encaminhado por escrito, **dentro do prazo de entrega do bem**, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA.
- 4.5. O objeto (entrega, instalação, testes para verificação do pleno funcionamento e treinamento) será recebido provisoriamente na data de sua entrega. Somente após a verificação do enquadramento nas especificações definidas no edital, dar-se-á o recebimento definitivo pela Comissão de Recebimento Definitivo de Materiais, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório da última localidade, podendo ser recusado, no todo ou em parte, devendo a contratada efetuar a substituição, sem prejuízo do prazo estabelecido para a entrega e da aplicação das sanções legais cabíveis.
- 4.5.1. A liquidação da nota fiscal ocorrerá na mesma data do recebimento definitivo.
- 4.5.2. O prazo estabelecido para a entrega do material ficará suspenso durante todo o período de análise e verificação pela Comissão de Recebimento Definitivo de Material.
- 4.6. Os materiais deverão ser NOVOS, sem uso anterior, e, conforme o caso, entregues em embalagens do fabricante, devidamente lacradas. No momento da entrega, caso seja constatada a inobservância do disposto neste subitem, os materiais serão recusados, devendo a contratada substituí-los, sem prejuízo do prazo estabelecido para a entrega e da aplicação das sanções legais cabíveis.
- 4.7. O objeto deverá ser entregue na totalidade do item constante na nota de empenho, observado o



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

subitem 10.1.1, salvo nos casos de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, alheio à vontade da contratada, solidamente justificado e demonstrada a causalidade entre o fato alegado e a impossibilidade de cumprimento do estabelecido neste, por meio de documentos comprobatórios hábeis.

- 4.8. No caso do produto recusado, a contratada deverá entregá-lo/refazê-lo, dentro do prazo estabelecido, sem ônus para o TRT.

5. DO TREINAMENTO

- 5.1. A Contratada deverá prover treinamento aos servidores do TRT24ª indicados pela Administração, na quantidade estabelecida no subitem 7.1.5, respeitando aspectos técnico-pedagógicos de acordo com o público - alvo, de forma que, ao final do curso, os treinandos estejam aptos a operacionalizar o equipamento bem como seu sistema de gerenciamento;
- 5.2. O treinamento deverá ser focado no funcionamento e operacionalização de software e na utilização de equipamentos de biometria, de forma a abranger todas as funcionalidades da solução;
- 5.3. A Contratada deverá fornecer as apostilas, manuais e demais materiais didático-pedagógicos necessários à realização do treinamento;
- 5.4. A contratada deverá disponibilizar instrutores em número, competência e experiência profissional adequada ao treinamento a ser realizado;
- 5.5. Os eventos de treinamento deverão ser realizados nas dependências do CONTRATANTE, capital e demais localidades do interior do Estado, **imediatamente após a instalação e configuração dos equipamentos e testes.**

6. DA MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES

- 6.1. Os serviços deverão ser prestados na modalidade *on site*. Deverão cobrir defeitos de fabricação, abertura de chamados técnicos e atualização de versões de software/firmware pelo período **mínimo de 12 (doze) meses, englobando peças e serviços;**
- 6.1.1. Excluem-se da garantia os danos decorrentes do mau uso por parte do CONTRATANTE.
- 6.2. Durante a vigência dos serviços, chamados técnicos, sem limite de quantidade, poderão ser abertos em dias úteis, das 8h00 às 17h00 horas, mediante e-mail.
- 6.3. Os chamados técnicos deverão ser atendidos da seguinte forma:
- 6.3.1. Campo Grande: no prazo máximo de 1 (um) dia útil;
- 6.3.2. Demais localidades no prazo máximo de 03 (três) dias úteis;
- 6.4. Os reparos necessários deverão ser realizados no próprio local de instalação do equipamento (*on site*);
- 6.5. O problema, caso comprovado, deverá ser sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a abertura do chamado técnico, sendo que, quando não for possível solucionar o problema no prazo estipulado, caso autorizado pelo Contratante, deverá ser fornecido outro equipamento / software / solução de igual configuração ou superior, até resolução do problema;
- 6.6. Durante a execução dos serviços de suporte técnico, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais;
- 6.7. Eventuais atualizações de software/firmware lançadas durante a vigência dos serviços deverão ser instaladas nos equipamentos adquiridos sem ônus adicional.

7. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

7.1. Os serviços deverão ser prestados nas localidades indicadas no item 8:

7.1.1. Instalação física dos relógios;

7.1.2. Instalação do software de gerência;

7.1.3. Configuração básica de conectividade entre software de gerência e os relógios instalados;

7.1.4. Configuração remota dos relógios, abrangendo ao menos:

7.1.4.1. Configuração de data/hora;

7.1.5. Transferência de Conhecimento para no mínimo 02(dois) servidores de cada Fórum Trabalhista e Vara do Trabalho do interior onde o equipamento for instalado, com duração mínima de 04 horas. No Tribunal serão treinados 04(quatro) servidores.

7.1.6. Os serviços serão considerados concluídos quando for possível:

7.1.6.1. Cadastrar digitais de um servidor / estagiário / da Unidade onde o equipamento for instalado;

7.1.6.2. O usuário puder utilizar o relógio de ponto para registrar entradas e saídas apenas com sua digital.

7.1.6.3. For possível o acesso e customização do relógio de ponto, a partir da internet.

8. DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO

8.1. Os Relógios de Ponto Biométricos serão instalados nas localidades abaixo, da seguinte forma:

8.1.1. **6 (seis)** unidades na Sede do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO** localizado na Rua Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jd. Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande/MS;

8.1.2. **4 (quatro)** unidades no **FÓRUM TRABALHISTA SENADOR RAMEZ TEBET** localizado na Rua Jornalista Belizário Lima nº 418, Vila Glória, Campo Grande/MS;

8.1.3. **1 (uma)** unidade no **FÓRUM TRABALHISTA DOUTOR LAURO MACHADO DE SOUZA** localizado na Rua Visconde de Taunay nº 250, Dourados/MS;

8.1.4. **1 (uma)** unidade no **FÓRUM TRABALHISTA STÊNIO CONGRO** localizado na Av. Clodoaldo Garcia nº 350, Três Lagoas/MS;

8.1.5. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE AMAMBAI** localizada na Rua Benjamin Constant nº 929, Amambai/MS;

8.1.6. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE AQUIDAUANA** localizada na Rua Luis da Costa Gomes nº 473, Aquidauana/MS;

8.1.7. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE BATAGUASSU** localizada na Av. Campo Grande nº 105, Bataguassu/MS;

8.1.8. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE CASSILÂNDIA** localizada na Rua Juvenal Rezende Silva nº 299, Cassilândia/MS;

8.1.9. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE CORUMBÁ** localizada na Alameda Joaquim Alcides Pereira nº 16, Corumbá/MS;

8.1.10. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE COXIM** localizada na Rua João Pessoa nº 247, Coxim/MS;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

- 8.1.11. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE FÁTIMA DO SUL** localizada na Rua Marechal Rondon nº 1295, Fátima do Sul/MS;
- 8.1.12. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE JARDIM** localizada na Rua Tenente Hernani de Gusmão nº 305, Jardim/MS;
- 8.1.13. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE MUNDO NOVO** localizada na Av. Castelo Branco nº 219, Mundo Novo/MS;
- 8.1.14. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE NAVIRAÍ** localizada na Av. Caarapó nº 788, Naviraí/MS;
- 8.1.15. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE NOVA ANDRADINA** localizada na Rua José Gomes da Rocha nº 1249, Nova Andradina/MS;
- 8.1.16. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE PARANAÍBA** localizada na Rua José Robalinho da Silva nº 130, Paranaíba/MS;
- 8.1.17. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ** localizada na Travessa dos Poderes nº 183, Ponta Porã/MS;
- 8.1.18. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE RIO BRILHANTE** localizada na Rua Etelvina Vasconcelos nº 198, Rio Brilhante/MS;
- 8.1.19. **1 (uma)** unidade na **VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL D'OESTE** localizada na Av. Castelo Branco nº 473, São Gabriel D'oeste.

9. DA GARANTIA

- 9.1. O prazo de garantia para os equipamentos será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou do fabricante, caso seja maior, contados do recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, inclusive em relação às eventuais despesas de transporte.
- 9.2. **A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia dos equipamentos, por quaisquer procedimentos necessários perante o fabricante, de forma a assegurar prontamente ao CONTRATANTE a assistência técnica e/ou a substituição dos equipamentos e acessórios, caso sejam necessárias, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados e prejuízos para o desempenho das atividades do CONTRATANTE.**
- 9.3. Durante o período da garantia, caso NÃO EXISTA OU DEIXE DE EXISTIR assistência ou suporte técnico local autorizado pelo fabricante, FICARÁ A LICITANTE VENCEDORA, RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS ATÉ O TÉRMINO DA GARANTIA, PODENDO INDICAR EMPRESA LOCAL PARA A PRESTAÇÃO DE TAIS SERVIÇOS.
- 9.4. Ocorrendo o término do prazo de garantia ofertado e havendo pendências com relação a serviços não realizados por culpa da contratada, esta ficará responsável até a conclusão dos serviços.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária contra o Banco do Brasil S.A., para crédito na conta indicada pela contratada, a qual deverá, obrigatoriamente, ser de sua titularidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a liquidação da nota fiscal referente à totalidade do item efetivamente entregue e recebida pela Comissão de Recebimento Definitivo de Materiais.
- 10.1.1. **O pagamento será efetivado ao término da execução dos serviços, admitindo-se, entretanto, o pagamento fracionado obedecendo à seguinte forma:**
- **1ª etapa:** na conclusão da entrega, instalação, testes, treinamento e efetivo funcionamento dos equipamentos em Campo Grande;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

- **2ª etapa:** na conclusão da entrega, instalação, testes, treinamento e efetivo funcionamento dos equipamentos nas unidades do interior.

10.1.2.O fiscal deverá providenciar a liquidação na nota fiscal/fatura e encaminhar em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.3.Havendo erro no documento fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, o prazo passará a fluir somente após sanada a irregularidade, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para este Tribunal, inclusive moratório.

10.2. Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para a Seguridade Social - COFINS e à contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

10.3. A empresa optante pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – não sofrerá a retenção na fonte dos valores acima citados, devendo apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, a declaração de opção pelo simples, conforme disposição legal.

11. DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

11.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, ocasionados por negligência por parte do Tribunal, devidamente comprovada, e desde que tal fato não seja motivo de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido para pagamento até a data de efetiva quitação, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$
$EM = I \times N \times VP$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

12.1. Cabe à CONTRATADA:

12.1.1.Cumprir os prazos e demais condições estabelecidos neste Termo de Referência.

12.1.2.Manter, durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Termo de Referência.

12.1.3.Informar o TRT/24ª Região a ocorrência de alteração de endereço e telefone. Caso a empresa não informe, será considerada válida a notificação encaminhada ao último endereço constante dos autos, e, em eventual devolução de correspondência, a fluência do prazo terá início a partir do dia útil subsequente à devolução.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

12.1.4. A CONTRATADA deverá substituir o produto danificado em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração do Tribunal;

12.1.5. A empresa vencedora deverá encaminhar o Recibo da Nota de Empenho no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

12.1.6. Observar e cumprir, estritamente, os termos da proposta e as condições ora estabelecidas, obedecendo a critérios e prazos acordados pelas exigências constantes deste Termo de Referência;

12.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato.

12.1.8. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TRT24ª ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12.1.9. A Contratada ficará encarregado de entregar, instalar e dar o treinamento na forma e nos locais preestabelecidos.

12.2. Cabe ao CONTRATANTE:

12.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, relativos ao objeto da contratação;

12.2.2. Fornecer o acesso às unidades, a fiscalização/gerenciamento, bem como a infraestrutura necessária para a entrega e execução dos serviços.

12.2.3. Efetuar o pagamento à contratada no prazo estabelecido neste Termo de Referência, após o ateste da respectiva nota fiscal/fatura;

12.2.4. Fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela contratada, por meio de servidor denominado fiscal do contrato.

12.2.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Decorrido o prazo de 2 (dois) dias úteis para o recebimento da Nota de Empenho, sem manifestação por parte da licitante adjudicatária, reserva-se ao TRT/24ª Região o direito de optar pela adjudicação às demais licitantes, obedecendo-se à ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

13.2. Pelo atraso na entrega do objeto (entrega, instalação, configuração, treinamento e colocação dos equipamentos em efetiva operação), observado o disposto nos subitens 4.2.1 e 10.1.1, a contratada estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor do objeto da inadimplência, por dia que ultrapassar o respectivo prazo, contado do recebimento da Nota de Empenho, limitado a 10% do referido valor, o que não impedirá, a critério do TRT/24ª Região, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

13.3. A inexecução, total ou parcial, da contratação poderá acarretar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, além do ressarcimento de eventual prejuízo causado ao Tribunal:

13.3.1. Advertência;

13.3.2. Multa de até 10% (dez por cento) do valor do objeto da inadimplência, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.3.3. Multa de até 30% (trinta por cento) do valor total contratado, em caso de inexecução total da



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

obrigação assumida;

- 13.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.
- 13.4. As multas por inexecução parcial ou total da contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, bem como com a multa pelo atraso na entrega do objeto.
- 13.5. Ocorrendo atraso na entrega do objeto ou no caso de inexecução parcial ou total, o valor da multa correspondente será retido do pagamento e concedido prazo para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 87, § 2º e 109, inciso I, "f", da Lei nº 8.666/93.
- 13.6. Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Nacional. Em não havendo retenção de pagamento, será emitida a GRU (Guia de Recolhimento da União) para o recolhimento, por parte da empresa, à conta do Tesouro Nacional.
- 13.7. A atuação irregular da CONTRATADA, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará a anotação no SICAF das penalidades aplicadas, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica deste Tribunal (opção "Transparência").
- 13.8. A proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

14. DOS RECURSOS

- 14.1. Os recursos contra punições impostas à contratada serão regidos pelos artigos 109 e 110 da Lei nº 8.666/93.

15. DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o Tribunal designará, por meio de Portaria, servidores para o acompanhamento e a fiscalização da contratação.
- 15.2. A fiscalização pelo contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades na contratação, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a co-responsabilidade do contratante ou de seus agentes ou preposto.
- 15.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por intermédio da fiscalização do contrato, que promoverá todas as tratativas necessárias com o representante da CONTRATADA, pertinentes à execução do contrato.
- 15.4. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do TRT, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela má execução da contratação.
- 15.5. As demais atribuições do fiscal estão descritas no artigo 4º do ATO GP/DGCA Nº 72/2004, alterada pela PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 758/2009.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. A participação nesta Compra Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 2003/2018
Pregão Eletrônico nº 18/2018

Campo Grande, 24 de maio de 2018.

RODRIGO JOÃO MARQUES
Coordenador de Material e Patrimônio

Aprovado por:

GERSON MARTINS DE OLIVEIRA
Secretário Administrativo

ANEXO I - DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS

GRUPO ÚNICO					
ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO R\$	PREÇO MÁXIMO TOTAL R\$
01	27	Unid.	RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO Características mínimas: <ul style="list-style-type: none">· Equipamento homologado de acordo com a Portaria nº 1.510/2009 MTE;· Leitor biométrico óptico de no mínimo 500 DPI;· Relógio de ponto com teclado para entrada de dados com ao menos 12 teclas, sendo no mínimo 10 padrão telefônico e no mínimo 02 para função e display LCD, com backlight, com no mínimo de 2 linhas de no mínimo 16 caracteres cada umaOU Relógio de ponto com TELA LCD TFT Touchscreen colorido com tela resistiva sensível ao toque;· O equipamento deverá ter sistema embarcado que permita o seu gerenciamento a partir de navegador web;· Emitir som ao efetuar o registro de entrada ou saída, além de mensagem no display com informações do usuário;· Verificação da digital no modo 1:1 (reconhecimento feito com a prévia digitação da matrícula e em seguida colocando o dedo no sensor biométrico) ou 1:N (reconhecimento feito apenas colocando o dedo no sensor biométrico).· Comunicação TCP/IP V4 com suporte a DHCP e IP Fixo, com porta Ethernet, conector RJ45, e conectividade 10/100Mbps;· 1 porta USB 2.0 para importação e exportação de usuários;· 1 porta USB 2.0 para coleta de arquivos AFD para auditoria dos dados do equipamento;· Capacidade de cadastramento de no mínimo 2 (duas) digitais por usuário no próprio relógio;· Memória interna para armazenamento mínimo de 3.400 digitais (Exemplos: 1.700 usuários x 2 impressões digitais);· Capacidade de operar com cartão de aproximação (proximidade), compatível com tecnologia 125 kHz;· Capacidade de funcionar com voltagem entre 110 e 220 volts;· Temperatura de operação de, no mínimo, entre 0º e 45º;· Capacidade de coletar as impressões digitais dos usuários, além de poder transmiti-las para o software de gerenciamento através da rede TCP/IP;· Capacidade de trabalhar de forma "on line", ou seja, deve	2.700,00	72.900,00



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

			transmitir os registros de entrada/saída dos usuários para o software de gerenciamento no momento em que eles forem realizados, além de trabalhar de forma "off line" em caso de perda de comunicação com o software de gerenciamento; · Relógio interno perpétuo, realizando o ajuste automático de virada de dia, semana e mês, sem perder a data e a hora configuradas, mesmo no caso de falta de energia elétrica; Marca / modelo: _____ Procedência: _____ (nacional / importado).		
02	1	Unid.	EQUIPAMENTO CADASTRADOR Equipamento que deverá ter a capacidade de registrar a digital do usuário e replicá-la (via software ou hardware) a todos os relógios de ponto, independentemente do local onde estiverem instalados, ou seja, no Tribunal, Fóruns Trabalhistas e Varas do Trabalho do interior do Estado. Marca / modelo: _____ Procedência: _____ (nacional / importado).	938,35	938,35
03	1	Unid.	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E TRATAMENTO DOS DADOS DE NO MÍNIMO 2.500 USUÁRIOS CADASTRADOS. Características Mínimas: · Compatível com o Windows 10; · Conexão TCP/IP V4 com os relógios de ponto; · Capacidade de controlar no mínimo 40 relógios de ponto simultaneamente, mesmo em redes distintas; · Possibilidade de importar/exportar os registros para arquivo texto; · Cadastro de usuários, senhas e suas respectivas digitais; · Associação de cartões de proximidade a usuários existentes; · Configuração do horário de verão para mudança nos relógios; · Deve ter licença de uso definitiva, por tempo indeterminado e sem limitações, com garantia de atualização do software por 12 (meses), a partir do recebimento dos serviços; · Deve permitir um número ilimitado de usuários Administradores. Marca/modelo: _____ Procedência: _____ (nacional / importado).	22.620,00	22.620,00
04	1	Unid.	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO - CONFIGURAÇÃO - TREINAMENTO. Os serviços deverão ser prestados conforme disposição constante do item 7.	15.400,00	15.400,00
TOTAL DO GRUPO					111.858,35





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 2003/2018
Pregão Eletrônico nº 18/2018**

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DE 27 (VINTE E SETE) RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO A SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, ALÉM DA REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SEU SISTEMA DE GERENCIAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO E A EMPRESA XXXX.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, com sede na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, CEP 79.031-908, neste ato representado pelo Secretário Administrativo GERSON MARTINS DE OLIVEIRA, portador do RG nº 611.634 SSP/MS e do CPF nº 600.496.421-20, conforme subdelegação de competência constante da Portaria TRT/DGCA nº 317/2017, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ sob nº xxxx, com sede na xxxx, em xxxx, CEP xxxx, neste ato representada por xxxx, portador do RG nº xxxx e do CPF nº xxxx, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente contrato, que se regerá pela Lei nº 10.520/2002, pelos Decretos nº 3.555/2000 e 5.450/2005, pela legislação complementar e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição, instalação, configuração, manutenção, assistência técnica e atualização de versão de 27 (vinte e sete) Relógios de Ponto Biométrico a serem instalados nas unidades do CONTRATANTE, além da realização de treinamento para operacionalização dos equipamentos e seu sistema de gerenciamento, conforme as especificações e condições constantes do Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação complementar.

CLÁUSULA 2ª - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 8.666/1993 e legislação complementar, nas cláusulas deste contrato e naquelas constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2018, que fazem parte integrante deste instrumento, juntamente com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA 3ª - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de 15 (quinze) meses, a contar da data de sua assinatura, considerando-se o período de garantia ofertado pela CONTRATADA.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

§ 1º Durante a vigência da contratação será permitida a alteração social, a fusão, a cisão e a incorporação da CONTRATADA, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:

I - no caso de alteração social que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos a contar do registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;

II - no caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das demais penalidades decorrentes da inexecução total.

§ 2º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação deste contrato de prestação de serviços caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam, ou tenha em seu quadro societário, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, de assessoramento ou no exercício de funções administrativas, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, na forma dos artigos 2º e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com as redações dadas pelas Resoluções CNJ nº 229/2016 e 9/2005 respectivamente.

CLÁUSULA 4ª – DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO

Os relógios de ponto biométricos serão instalados nas localidades abaixo:

DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO	
Quantidade	Locais
6	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO (prédio sede) Rua Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS.
4	FÓRUM TRABALHISTA SENADOR RAMEZ TEBET Rua Jornalista Belizário Lima nº 418, Vila Glória, em Campo Grande - MS.
1	FÓRUM TRABALHISTA DOUTOR LAURO MACHADO DE SOUZA Rua Visconde de Taunay nº 250, em Dourados - MS.
1	FÓRUM TRABALHISTA STÊNIO CONGRO Avenida Clodoaldo Garcia nº 350, em Três Lagoas – MS.
1	VARA DO TRABALHO DE AMAMBAI Rua Benjamin Constant nº 929, em Amambai - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE AQUIDAUANA Rua Luis da Costa Gomes nº 473, em Aquidauana - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE BATAGUASSU Avenida Campo Grande nº 105, em Bataguassu - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE CASSILÂNDIA Rua Juvenal Rezende Silva nº 299, em Cassilândia - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE CORUMBÁ Alameda Joaquim Alcides Pereira nº 16, em Corumbá - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE COXIM Rua João Pessoa nº 247, em Coxim - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE FÁTIMA DO SUL Rua Marechal Rondon nº 1295, em Fátima do Sul - MS.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

1	VARA DO TRABALHO DE JARDIM Rua Tenente Hernani de Gusmão nº 305, em Jardim - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE MUNDO NOVO Avenida Castelo Branco nº 219, em Mundo Novo - MS;
1	VARA DO TRABALHO DE NAVIRAÍ Avenida Caarapó nº 788, em Naviraí - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE NOVA ANDRADINA Rua José Gomes da Rocha nº 1249, em Nova Andradina - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE PARANAÍBA Rua José Robalinho da Silva nº 130, em Paranaíba - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ Travessa dos Poderes nº 183, em Ponta Porã - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE RIO BRILHANTE Rua Etelvina Vasconcelos nº 198, em Rio Brilhante - MS.
1	VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL D'OESTE Avenida Castelo Branco nº 473, em São Gabriel D'Oeste - MS

CLÁUSULA 5ª – DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma das entregas, instalações, configurações, testes e treinamento em até 5 (cinco) dias consecutivos, a contar do recebimento da nota de empenho.

§ 1º Ao elaborar o cronograma deverá considerar prioritária a instalação, configuração dos equipamentos em Campo Grande, com o respectivo teste e treinamento dos servidores.

§ 2º A entrega dos equipamentos, devidamente instalados, configurados e em plena condição de uso conforme o cronograma de execução, deverá ser efetuada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos a contar do recebimento da nota de empenho, nos endereços constantes na cláusula 4ª, das 10h00 às 16h00 (horário local), em dias úteis da Justiça do Trabalho.

§ 3º Caso o objeto ofertado seja de procedência importada, deverão ser comprovados, no momento de sua entrega, a origem do produto importado e a quitação dos tributos de importação a ele referente, sob pena de rescisão contratual e multa. O objeto somente será considerado entregue se acompanhado da comprovação de origem estabelecido neste parágrafo.

§ 4º A CONTRATADA responderá por quaisquer prejuízos que ocorrerem até a entrega do objeto.

§ 5º Havendo pedido de prorrogação do prazo de entrega, este somente será concedido nas hipóteses previstas no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e deverá ser encaminhado por escrito, dentro do prazo de entrega do bem, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA.

§ 6º O objeto (entrega, instalação, testes para verificação do pleno funcionamento e treinamento) será recebido provisoriamente na data de sua entrega. Somente após a verificação do enquadramento nas especificações definidas no edital, dar-se-á o recebimento definitivo pela Comissão de Recebimento Definitivo de Materiais, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório da última localidade, podendo ser recusado, no todo ou em parte, devendo a contratada efetuar a substituição, sem prejuízo do prazo estabelecido para a entrega e da aplicação das sanções legais cabíveis.

§ 7º A liquidação da nota fiscal ocorrerá na mesma data do recebimento definitivo.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

§ 8º O prazo estabelecido para a entrega do material ficará suspenso durante todo o período de análise e verificação pela Comissão de Recebimento Definitivo de Material.

§ 9º Os materiais deverão ser novos, sem uso anterior, e, conforme o caso, entregues em embalagens do fabricante, devidamente lacradas. No momento da entrega, caso seja constatada a inobservância do disposto neste parágrafo, os materiais serão recusados, devendo a CONTRATADA substituí-los, sem prejuízo do prazo estabelecido para a entrega e da aplicação das sanções legais cabíveis.

§ 10 O objeto deverá ser entregue na totalidade do item constante na nota de empenho, observado o § 1º da cláusula 14, salvo nos casos de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, alheio à vontade da contratada, solidamente justificado e demonstrada a causalidade entre o fato alegado e a impossibilidade de cumprimento do estabelecido neste, por meio de documentos comprobatórios hábeis.

§ 11 No caso do produto recusado, a CONTRATADA deverá entregá-lo/refazê-lo, dentro do prazo estabelecido, sem ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA 6ª – DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO

Os serviços a serem prestados nas localidades indicadas na cláusula 4ª deverão contemplar:

- I - instalação física dos relógios;
- II - instalação do software de gerência;
- III - configuração básica de conectividade entre *software* de gerência e os relógios

instalados.

§ 1º A configuração remota dos relógios deve abranger ao menos:

- I - configuração de data/hora;
- II - transferência de conhecimento para no mínimo:
 - a) 4 (quatro) servidores lotados no prédio sede do CONTRATANTE;
 - b) 2 (dois) servidores de cada Fórum Trabalhista e Vara do Trabalho.

§ 2º Os serviços serão considerados concluídos quando for possível:

- I - cadastrar digitais de 1 (um) servidor/estagiário da unidade onde o equipamento for instalado;
- II - o usuário puder utilizar o relógio de ponto para registrar entradas e saídas apenas com sua digital;
- III - for possível o acesso e customização do relógio de ponto a partir da internet.

CLÁUSULA 7ª – DO TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prover treinamento aos servidores do CONTRATANTE indicados pela Administração, na quantidade estabelecida no inciso II do § 1º da cláusula 6ª, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas, respeitando aspectos técnico-pedagógicos de acordo com o público-alvo, de forma que, ao final do curso, os treinandos estejam aptos a operacionalizar o equipamento bem como seu sistema de gerenciamento.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

§ 1º O treinamento deverá ser focado no funcionamento e operacionalização de *software* e na utilização de equipamentos de biometria, de forma a abranger todas as funcionalidades da solução.

§ 2º A CONTRATADA deverá fornecer as apostilas, manuais e demais materiais didático-pedagógicos necessários à realização do treinamento.

§ 3º A empresa deverá disponibilizar instrutores em número, competência e experiência profissional adequada ao treinamento a ser realizado.

§ 4º Os eventos de treinamento deverão ser realizados nas dependências do CONTRATANTE, capital e demais localidades do interior do Estado, imediatamente após a instalação e configuração dos equipamentos e testes.

CLÁUSULA 8ª – DA MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES

Os serviços deverão ser prestados na modalidade *on site* e deverão cobrir defeitos de fabricação, abertura de chamados técnicos e atualização de versões de *software/firmware* pelo período mínimo de 12 (doze) meses, englobando peças e serviços.

§ 1º Excluem-se da garantia os danos decorrentes do mau uso por parte do CONTRATANTE.

§ 2º Durante a vigência dos serviços, chamados técnicos, sem limite de quantidade, poderão ser abertos em dias úteis, das 8h00 às 17h00 horas, mediante e-mail.

§ 3º Os chamados técnicos deverão ser atendidos da seguinte forma:

I - Campo Grande: no prazo máximo de 1 (um) dia útil;

II - demais localidades no prazo máximo de 03 (três) dias úteis;

§ 4º Os reparos necessários deverão ser realizados no próprio local de instalação do equipamento (*on site*).

§ 5º O problema, caso comprovado, deverá ser sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a abertura do chamado técnico, sendo que, quando não for possível solucionar o problema no prazo estipulado, caso autorizado pelo CONTRATANTE, deverá ser fornecido outro equipamento/*software*/solução de igual configuração ou superior, até resolução do problema.

§ 6º Durante a execução dos serviços de suporte técnico, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais.

§ 7º Eventuais atualizações de *software/firmware* lançadas durante a vigência dos serviços deverão ser instaladas nos equipamentos adquiridos sem ônus adicional.

CLÁUSULA 9ª – DA GARANTIA

O prazo de garantia para os equipamentos será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou do fabricante, caso seja maior, contados do recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, inclusive em relação às eventuais despesas de transporte.

§ 1º A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia dos equipamentos, por quaisquer procedimentos necessários perante o fabricante, de forma a assegurar prontamente ao



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

CONTRATANTE a assistência técnica e/ou a substituição dos equipamentos e acessórios, caso sejam necessárias, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados e prejuízos para o desempenho das atividades do CONTRATANTE.

§ 2º Durante o período da garantia, caso **não exista ou deixe de existir** assistência ou suporte técnico local autorizado pelo fabricante, **ficará a CONTRATADA, responsável pelos serviços até o término da garantia, podendo indicar empresa local para a prestação de tais serviços.**

§ 3º Ocorrendo o término do prazo de garantia ofertado, e havendo pendências com relação a serviços não realizados por culpa da CONTRATADA, esta ficará responsável até a conclusão dos serviços.

CLÁUSULA 10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Incumbe à CONTRATADA:

I - cumprir os prazos e demais condições estabelecidos neste instrumento;

II - manter, durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento;

III - informar o CONTRATANTE a ocorrência de alteração de endereço e telefone. Caso a empresa não informe, será considerada válida a notificação encaminhada ao último endereço constante dos autos, e, em eventual devolução de correspondência, a fluência do prazo terá início a partir do dia útil subsequente à devolução;

IV - substituir o produto danificado em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada ao CONTRATANTE;

V – encaminhar o recibo da nota de empenho no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;

VI - observar e cumprir, estritamente, os termos da proposta e as condições ora estabelecidas, obedecendo a critérios e prazos acordados pelas exigências constantes deste instrumento;

VII - prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato;

VIII - responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

IX - entregar, instalar e dar o treinamento na forma e nos locais preestabelecidos.

CLÁUSULA 11 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Incumbe ao CONTRATANTE:

I - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relativos ao objeto da contratação;

II - fornecer o acesso às unidades, a fiscalização/gerenciamento, bem como a infraestrutura necessária para a entrega e execução dos serviços;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

III - efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento, após o ateste da respectiva nota fiscal/fatura;

IV - fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor denominado fiscal do contrato;

V - manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA 12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas inerentes ao presente contrato correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0571.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho) e Natureza de Despesa nº 4.4.90.52, conforme Nota de Empenho nº 2018NE000xxx, emitida em xx.xx.2018.

CLÁUSULA 13 – DO VALOR

O valor global da presente contratação é de R\$ xxxx (xxxx), conforme quadro abaixo:

GRUPO ÚNICO					
ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	27	Unid.	RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO Características mínimas: <ul style="list-style-type: none">· Equipamento homologado de acordo com a Portaria nº 1.510/2009 MTE;· Leitor biométrico óptico de no mínimo 500 DPI;· Relógio de ponto com teclado para entrada de dados com ao menos 12 teclas, sendo no mínimo 10 padrão telefônico e no mínimo 02 para função e display LCD, com backlight, com no mínimo de 2 linhas de no mínimo 16 caracteres cada uma OU Relógio de ponto com TELA LCD TFT Touchscreen colorido com tela resistiva sensível ao toque;· O equipamento deverá ter sistema embarcado que permita o seu gerenciamento a partir de navegador web;· Emitir som ao efetuar o registro de entrada ou saída, além de mensagem no display com informações do usuário;· Verificação da digital no modo 1:1 (reconhecimento feito com a prévia digitação da matrícula e em seguida colocando o dedo no sensor biométrico) ou 1:N (reconhecimento feito apenas colocando o dedo no sensor biométrico).· Comunicação TCP/IP V4 com suporte a DHCP e IP Fixo, com porta Ethernet, conector RJ45, e conectividade 10/100Mbps;· 1 porta USB 2.0 para importação e exportação de usuários;· 1 porta USB 2.0 para coleta de arquivos AFD para auditoria dos dados do equipamento;· Capacidade de cadastramento de no mínimo 2 (duas) digitais por usuário no próprio relógio;· Memória interna para armazenamento mínimo de 3.400 digitais (Exemplos: 1.700 usuários x 2 impressões digitais);· Capacidade de operar com cartão de aproximação	xx,xx	xx,xx



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

			(proximidade), compatível com tecnologia 125 kHz · Capacidade de funcionar com voltagem entre 110 e 220 volts; · Temperatura de operação de, no mínimo, entre 0° e 45°; · Capacidade de coletar as impressões digitais dos usuários, além de poder transmiti-las para o software de gerenciamento através da rede TCP/IP; · Capacidade de trabalhar de forma “on line”, ou seja, deve transmitir os registros de entrada/saída dos usuários para o software de gerenciamento no momento em que eles forem realizados, além de trabalhar de forma “off line” em caso de perda de comunicação com o software de gerenciamento; · Relógio interno perpétuo, realizando o ajuste automático de virada de dia, semana e mês, sem perder a data e a hora configuradas, mesmo no caso de falta de energia elétrica; Marca / modelo: _____ Procedência: _____ (nacional / importado).		
02	1	Unid.	EQUIPAMENTO CADASTRADOR Equipamento que deverá ter a capacidade de registrar a digital do usuário e replicá-la (via software ou hardware) a todos os relógios de ponto, independentemente do local onde estiverem instalados, ou seja, no Tribunal, Fóruns Trabalhistas e Varas do Trabalho do interior do Estado. Marca / modelo: _____ Procedência: _____ (nacional / importado).	xx,xx	xx,xx
03	1	Unid.	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E TRATAMENTO DOS DADOS DE NO MÍNIMO 2.500 USUÁRIOS CADASTRADOS. Características Mínimas: · Compatível com o Windows 10; · Conexão TCP/IP V4 com os relógios de ponto; · Capacidade de controlar no mínimo 40 relógios de ponto simultaneamente, mesmo em redes distintas; · Possibilidade de importar/exportar os registros para arquivo texto; · Cadastro de usuários, senhas e suas respectivas digitais; · Associação de cartões de proximidade a usuários existentes; · Configuração do horário de verão para mudança nos relógios; · Deve ter licença de uso definitiva, por tempo indeterminado e sem limitações, com garantia de atualização do software por 12 (meses), a partir do recebimento dos serviços; · Deve permitir um número ilimitado de usuários Administradores. Marca/modelo: _____ Procedência: _____ (nacional / importado).	xx,xx	xx,xx
04	1	Unid.	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO - CONFIGURAÇÃO - TREINAMENTO. Os serviços deverão ser prestados conforme disposição constante do item 7.	xx,xx	xx,xx
TOTAL DO GRUPO					xx,xx

CLÁUSULA 14 - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária contra o Banco do Brasil S.A., para crédito na conta indicada pela CONTRATADA, a qual deverá, obrigatoriamente, ser de sua titularidade no prazo



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

de 5 (cinco) dias úteis após a liquidação da nota fiscal referente à totalidade do item efetivamente entregue e recebida pela Comissão de Recebimento Definitivo de Materiais.

§ 1º O pagamento será efetivado ao término da execução dos serviços, admitindo-se, entretanto, o pagamento fracionado obedecendo à seguinte forma:

I - 1ª etapa: na conclusão da entrega, instalação, testes, treinamento e efetivo funcionamento dos equipamentos em Campo Grande;

II - 2ª etapa: na conclusão da entrega, instalação, testes, treinamento e efetivo funcionamento dos equipamentos nas unidades do interior.

§ 2º O fiscal deverá providenciar a liquidação na nota fiscal/fatura e encaminhar em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido nesta cláusula.

§ 3º Havendo erro no documento fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, o prazo passará a fluir somente após sanada a irregularidade, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o CONTRATANTE, inclusive moratório.

§ 4º Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para a Seguridade Social - COFINS e à contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

§ 5º Caso a CONTRATADA seja empresa optante pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –, para não sofrer a retenção na fonte dos valores acima citados, deverá apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, a declaração de opção pelo SIMPLES, conforme disposição legal.

CLÁUSULA 15 – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, ocasionados por negligência por parte do CONTRATANTE, devidamente comprovada, e desde que tal fato não seja motivo de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido para pagamento até a data de efetiva quitação, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA 16 – DA FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93 o CONTRATANTE designará, por meio de Portaria, servidor(es) para o acompanhamento e a fiscalização da contratação.

§ 1º A fiscalização pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades na contratação, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a co-responsabilidade do contratante ou de seus agentes ou preposto.

§ 2º Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por intermédio da fiscalização do contrato, que promoverá todas as tratativas necessárias com o representante da CONTRATADA, pertinentes à execução do contrato.

§ 3º A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela má execução da contratação.

§ 4º As demais atribuições do fiscal estão descritas no artigo 4º do Ato GP/DGCA nº 72/2004, alterada pela Portaria TRT/GP/DGCA nº 758/2009.

CLÁUSULA 17 – DAS PENALIDADES

A inexecução, total ou parcial, da contratação poderá acarretar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, além do ressarcimento de eventual prejuízo causado ao CONTRATANTE:

I - advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) do valor do objeto da inadimplência, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - multa de até 30% (trinta por cento) do valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.

§ 1º Pelo atraso na entrega do objeto (entrega, instalação, configuração, treinamento e colocação dos equipamentos em efetiva operação), observado o disposto no § 3º da cláusula 5ª e § 1º da cláusula 14, a CONTRATADA estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor do objeto da inadimplência, por dia que ultrapassar o respectivo prazo, contado do recebimento da nota de empenho, limitado a 10% (dez por cento) do referido valor, o que não impedirá, a critério do CONTRATANTE, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

§ 2º As multas por inexecução parcial ou total da contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, bem como com a multa pelo atraso na entrega do objeto.

§ 3º Ocorrendo atraso na entrega do objeto ou no caso de inexecução parcial ou total, o valor da multa correspondente será retido do pagamento e concedido prazo para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 87, § 2º e 109, inciso I, "f", da Lei nº 8.666/93.

§ 4º Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Nacional. Em não havendo retenção de pagamento, será emitida a GRU (Guia de Recolhimento da União) para o recolhimento, por parte da empresa, à conta do Tesouro Nacional.

§ 5º A atuação irregular da CONTRATADA, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará a anotação no SICAF das penalidades aplicadas, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica do CONTRATANTE (opção "Transparência").

§ 6º A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA 18 – DOS RECURSOS

Os recursos contra punições impostas à CONTRATADA, por força deste contrato, serão regidos pelos artigos 109 e 110 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA 19 – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

§ 1º Só se iniciam e vencem os prazos contratuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.

§ 2º Em caso de sobreposição dos prazos determinados deste Contrato que gerem incompatibilidade de cumprimento das obrigações, o CONTRATANTE solucionará os conflitos e estabelecerá novas datas.

CLÁUSULA 20 – DA POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE MEIOS ELETRÔNICOS

Com o intuito de facilitar o acesso e também para agilizar os procedimentos, faculta-se à CONTRATADA a possibilidade de apresentar defesa prévia e recurso administrativo com a utilização de meio eletrônico, por intermédio de *e-mail* endereçado ao seguinte endereço: dgca_apoio@trt24.jus.br.

§ 1º A apresentação de defesa prévia e recurso administrativo com a utilização de *e-mail* não exige a CONTRATADA de enviar os originais (em papel), no prazo de até 5 (cinco) dias do término do prazo legal.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 2003/2018

Pregão Eletrônico nº 18/2018

§ 2º O não envio dos originais no prazo estipulado, ou o envio de originais distintos daqueles apresentados por email, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico.

CLÁUSULA 21 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/1993, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 do mesmo Diploma Legal.

CLÁUSULA 22 - DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, o CONTRATANTE providenciará a remessa de extrato deste contrato, que indicará o nome da CONTRATADA, o objeto, o valor e a vigência da contratação, para publicação, às suas expensas, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA 23 – DO FORO

Fica eleito o foro de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

CLÁUSULA 24 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campo Grande - MS, xx de xxxx de 2018.

GERSON MARTINS DE OLIVEIRA
CONTRATANTE

XXXX
XXXXX

TESTEMUNHAS
